

362

Revista Portuguesa de História

Homenagem aos Professores

Luís Ferrand de Almeida

António de Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto de História Económica e Social
Coimbra 0304

Revista Portuguesa de Historia

t. XXXVI (2002-2003)

pp. 497-500 (vol. 2)

**Homenagem aos Professores Doutores
Luís Ferrand de Almeida e Antonio de Oliveira**

MARIA DO ROSÁRIO THEMUDO BARATA

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

As breves palavras que se seguem pretendem ser o testemunho da maior consideração e do vivo agradecimento pelo que devo a dois grandes historiadores que se dedicaram preferencialmente ao estudo do período moderno. As razões são convergentes, como passarei a explicar.

Aprendi a admirar o Professor Doutor Luís Ferrand de Almeida pela propriedade do método e elegância da exposição sobre temas da história do regime absoluto, da história diplomática, ambos inseridos no profundo conhecimento da história da Europa e dos territórios de presença portuguesa noutros continentes. Em todas as suas obras apercebi-me de uma abordagem crítica em que explicava o acontecimento dentro das coordenadas do possível, do real historicamente possível numa História não determinada. Detentor de uma vasta emdição punha-a ao serviço do problema que tratava e o texto erguia-se, novo e fundamental.

Aprendi a admirá-lo decerto pelas próprias lições que recebi do Professor Doutor Jorge Borges de Macedo do qual sei a estima e consideração que lhe dedicava e em cujo Curriculum Universitário pude ler um documento de 18 de Julho de 1973 que indicava a nomeação do Professor Borges de Macedo para Vogal do Júri de Doutoramento do Licenciado Luís Manuel Rocha Ferrand de

Almeida, na Universidade de Coimbra. A consideração e estima forma mútuas a partir de então.

A homenagem é devida a quem é justamente considerado o especialista do regime absoluto e do tempo de D. João V, o grande historiador da história diplomática com destaque para os temas relacionados com o Brasil por parte dos que, como eu, usufruíram dos seus ensinamentos num espírito comum de amizade intelectual e académica.

Os motivos que me levam a escrever algumas linhas em homenagem ao Professor Doutor António de Oliveira são da mesma índole, agora com a proximidade de quem, como eu, não só lucrou da sua vastíssima e acutilante obra sobre o período moderno, mas se enriqueceu com a sua presença nas provas de Doutoramento e de Agregação, com o amigo e atento conselho junto de uma recém-doutorada a braços com as novas responsabilidades que espreitam todos os incautos que pensam poder dedicar-se, de alma e coração e em exclusivo, à almejada tranquila investigação. A lição do Professor Doutor António de Oliveira está na sua pessoa e na sua obra, na continuada visita crítica aos Arquivos e Bibliotecas, à forma como pelo estudo dos casos concretos renova as sínteses sobre períodos que, antes dos seus estudos, pareceriam já esclarecidos mas que afinal revelam novas e estimulantes perspectivas. Basta lembrar os estudos sobre o Período Filipino em que, através de dados particulares e de campos de incidência diversa, revelou novas conclusões de estrutura e de caracterização conjuntural. Lembrem-se os estudos sobre os dados do quotidiano e as relações com as matrizes sociais e económicas, sobre a caracterização regional.

Estimulante como sempre, o Professor Doutor António de Oliveira lançou-me há anos, no volume XXVII da *Revista Portuguesa de História*, um repto: explicar a minha relutância em atribuir o Panegírico da Infanta D. Maria a João de Barros, relutância que exprimira na minha tese de doutoramento. Fiz-me tardar. Entretanto o Volume 19 da *Revista de História das Ideias* publicava um artigo do Prof. Doutor Sérgio Cunha Soares em que o Autor apresentava a teorização da nobreza por Fr. Francisco Barreiros, citando o anterior trabalho do Professor Oliveira. Os dados do problema estão muito bem lançados. Será o fechar do anel?

No entanto, para mim, faltam ainda algumas reflexões para poder considerar a questão esclarecida. E esse esclarecimento, do meu ponto de vista, terá de responder ao tratamento hermenêutico do texto, às circunstâncias do autor desse texto e ao estudo do momento político em que foi produzido.

Tento explicar: creio que os panegíricos, da índole dos que são atribuídos a João de Barros e sobre os quais o Professor Manuel Rodrigues Lapa se interrogava por não lhes reconhecer identidade de estilo, ainda levantam problemas de interpretação. É difícil aceitar uma aposta de Barros na linha sucessória diversa daquela que fora indicada por D. João III, a menos que se destinasse a revigorar a procura de uma solução nacional para o problema da sucessão, que foi abordada claramente durante o reinado do Piedoso e nos tempos de regência na menoridade de D. Sebastião. Por ocasião das cortes de Lisboa, em 1562, falou-se do Infante D. Duarte e inclusive da Infanta D. Maria. Mas houve vozes que tudo fizeram para silenciar o argumento, temendo abertura de contencioso há longos anos esquecido e que faria lembrar a questão de D. João III com o Bispo de Viseu, D. Miguel da Silva seu escrivão da pureza que deixara o reino acolhendo-se em Roma com papéis de importância fundamental para o Direito da Coroa. Seria, também, um argumento duplo e ambíguo que podia ser jogado a favor da sucessão em Filipe II.

Pergunto a mim própria se não estaremos perante dois tipos de panegíricos: um de modelo imperial, o outro que se poderia interpretar, como o texto de Fr. Francisco Barreiros indicava, e as inserções desta referência nos papéis de Manuel Severim de Faria podem apresentar como possível, como a apologia da verdadeira nobreza. Esclarecer-se-á a questão, decerto, com o cotejo com textos exemplares, aproximando preferencialmente Fr. Francisco Barreiros das matrizes do humanismo italiano. Mas quanto a uma teoria de nobreza, a seguirmos o Chantre de Évora, ela não é forçosamente coincidente com as explicações da Monarquia.

A compreensão dos autores é, também evidentemente, pedra fundadora. E, neste ponto, ter-se-á de avançar para além das atribuições dos bibliógrafos do final do século XVI e da primeira metade do século XVII, esclarecer as relações entre tio e sobrinho, no caso João de Barros e Gaspar Barreiros, como noutro caso que tem a ver com este tema, dos tio e sobrinho homónimos Jerónimo Osório e lembrar a inovação produzida por D. Jerónimo Osório com os seus tratados sobre a nobreza civil e cristã. Com este autor estamos perante novas concepções, de consequências insondáveis, por parte de um distinto humanista e prelado que opera um verdadeiro “estalar das ordens” sociais.

A menos que se aceite a tese vigente. No caso de João de Barros, o tempo decorrido entre as datas de redacção dos dois panegíricos, de D. João III e de D. Maria e a concepção de suporte de cada um deles (eventualmente diversa e própria para cada um - o panegírico do chefe político e a apologia da verdadeira nobreza), senão a influência ou autoria de Gaspar Barreiros esclareceria de que

tipo de elogio se tratava, que função desempenharia e que finalidade pretendia alcançar. Então poderia concordar com a atribuição.

Concluiria com uma terceira questão que se põe com toda a nitidez: há que continuar a estudar a caracterização cultural dos discursos de poder e de hierarquização social desde o tempo de D. João III e durante toda a segunda metade do século XVI. Os modelos humanistas persistem, a par da valorização própria de cada cultura ou *mos*. Mas teremos de perguntar se se pretende falar de poder ou de elites sociais. E no caso português, voltaríamos a falar dos *exempla*, das referências, das vias tradicionais e das matrizes, quando era necessário garantir a apresentação de um modo de ser próprio.

Temos de prosseguir o estudo do humanismo português, da história diplomática portuguesa, da caracterização do regime e dos princípios de hierarquização social, na visita às fontes impressas e arquivísticas, nos arquivos nacionais e estrangeiros.

Eis o conjunto de interrogações que a mim mesma me pus ao abordar o tema e que agora aduzi, no intuito de continuar, com ambos os Professores Homenageados, um diálogo frutuoso e amigo de que eu e todos os que se interessam por História Moderna lucraremos e fruiremos.

Creio ser esta uma forma de prestar homenagem a quem nos tem ensinado e interrogado, fazendo votos sinceros para que nos continuem a ensinar e a interrogar, para nossa alegria e para bem da cultura histórica portuguesa.